

Dívida trava investimento

MARCELO TOKARSKI
DA EQUIPE DO CORREIO

A dívida pública do Brasil atingiu em agosto 58,5% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas pelo País, superando as estimativas do Banco Central (BC), que previa uma relação dívida/PIB de 57,7% em agosto. O alerta consta de relatório elaborado pela consultoria Global Invest e foi obtido com exclusividade pelo **Correio Braziliense**. O documento atualiza a projeção do BC para o PIB do primeiro semestre. Ao invés dos R\$ 733 bilhões projetados pela instituição financeira, o PIB de janeiro a agosto deste ano ficou em R\$ 711 bilhões, segundo divulgou na última terça-feira o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O aumento do impacto da dívida pública sobre o PIB acumulado em 12 meses e já corrigido pela inflação compromete a capacidade de investimento do governo, inibe a atividade econômica e dificulta a geração de emprego. A opinião é consenso entre economistas e especialistas em dívida pública.

O economista Nelson Carneiro, coordenador do estudo, diz que, pelo números consolidados do IBGE, o PIB acumulado nos últimos 12 meses caiu dos R\$ 1.543,6 trilhão estimado pelo BC para R\$ 1.522,6 trilhão. "Com isso, a relação dívida pública/PIB subiu para 58,5%", diz o coordenador. A dívida líquida do setor público em agosto foi de R\$ 891,335 bilhões, maior volume desde fevereiro (*veja quadro*). "O Brasil faz superávit pri-

DÉFICIT

Volume do PIB brasileiro comprometido com a dívida líquida do setor público

	PIB	Dívida	Percentual dívida/PIB
Janeiro	1.574.961	888.895	56,4%
Fevereiro	1.587.085	904.365	57%
Março	1.587.123	888.140	56%
Abril	1.571.614	839.756	53,4%
Maiο	1.551.170	858.369	55,3%
Junho	1.535.831	856.353	55,8%
Julho	1.533.978	877.157	57,2%
Agosto *	1.522.621	891.335	58,5%

*Dado atualizado pelo PIB de R\$ 771 bilhões no primeiro semestre medido pelo IBGE

Fontes: Banco Central e Global Invest

mário para pagar os juros da dívida, mas o volume continua aumentando. Estamos voltando ao crítico patamar de 60% de comprometimento do PIB com a dívida pública", afirma.

"Para o cidadão comum, na outra ponta da economia, significa que o governo está fazendo menos investimentos em escolas, hospitais e obras de infraestrutura, além de estar gerando desemprego, em função da recessão", resalta Carneiro.

A opinião é compartilhada pelo consultor econômico Raul Velloso. "Como os prazos para rolagem dessa dívida são muito curtos, com vencimentos quase diários, o setor público expulsa o setor privado do sistema de crédito", explica. "Isso inibe a

atividade econômica, gera recessão e diminui as oportunidades de emprego", completa.

Perspectivas

O professor de economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro Luiz Roberto Cunha, especialista em contas públicas, explica que a capacidade do Brasil de reduzir o comprometimento de seu PIB com a dívida está atrelada a três fatores: redução da taxa básica de juros (Selic), aumento do superávit primário e crescimento do PIB. "Olhando daqui para frente, não há dúvida de que essa equação vai melhorar. Esses números atuais mostram o baixo nível de atividade econômica no primeiro semestre e são preo-

cupantes, mas há uma tendência clara de melhora." O economista acredita que, com isso, o setor público voltará a ter capacidade de investimento, aquecendo a economia.

O tamanho da dívida não é o mais importante, mas sim sua "qualidade". A afirmação é de Eduardo Fortuna, consultor econômico e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo ele, metade dos títulos da dívida pública brasileira é atrelada à taxa básica de juros (Selic) e outros 28% são vinculados ao dólar. "Com juros altos (a Selic está hoje em 20%) e câmbio desfavorável, fica difícil administrar essa dívida", explica.

Apesar do crescimento da relação dívida/PIB, os avanços obtidos pelo governo na composição da dívida pública nos últimos meses, com a redução da exposição cambial, têm ajudado a melhorar a percepção dos investidores estrangeiros sobre o Brasil. A avaliação é do secretário de Assuntos Internacionais, Otaviano Canuto, que retornou de uma viagem a Londres, Madri, Cancun e Dubai, onde manteve contatos com investidores e dirigentes de organismos multilaterais.

"A sustentabilidade fiscal tem duas dimensões. Uma é o tamanho da dívida e a outra é a sua composição. E os avanços significativos na composição da dívida brasileira têm sido relevantes", disse Canuto. Desde setembro de 2002, quando a exposição cambial atingiu o pico de 40,67% do total da dívida interna em títulos, em meio à crise de confiança no futuro da economia brasileira, essa participação já caiu para 28,1% em agosto.